Quadro natural e a ocupação do territorio cearense

Maria Clélia Lustosa Costa*

> *As producções* são de *algudão; arros, carnes secas, e courama, o Pau Brazil; as Madeira de Cor, a Cascarrilha, o Oleo de Cupaúba, outros m^tos^ generos, que a indulencia daquelles Povos, desfavorecida da indústria, de socorro, e protecção tem abandonado a sua cultura, e tráfego, o que bem se comprova, e vinte e tantas madeiras, que tem, pa construão naval, da Coxonilha, Anil, Café, canella, Pimenta e a Ipepacuanha. Sendo hum terreno de tanta fecundid^e^ que na pretérita seca inaudita, mandou aos Portos do seu consumo, para sima de trinta mil arrobas de algudão, quarenta mil arrobas de carne seca, e cem mil couros sagados, e outros m^tos^ generos: Comtudo Exmo Snr he a Capitania do Seará, reputada de pequeno interesse, e conciderada, igual Continente, ao dos Zimbar, e ao dos Monomotapas em Africa* (Memória escrita em 1799 sobre a Capitania do Ceará por seu primeiro governador Bernardo Manoel de Vasconcelos).

1. Abandono, pobreza e riqueza da capitania do Ceará

Localizado no Nordeste brasileiro, entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará (criado em 1621) e o Estado do Brasil,[1] o Ceará pertenceu seguidamente a um e a outro estado, até ser finalmente incorporado à Capitania Geral de Pernambuco e só se constituiu como capitania autônoma em 1799. Foi uma das capitanias brasileiras que mais tempo demorou a ser ocupada, pois não era terra propícia à produção de açúcar, não tinha

* Sócia Efetiva do Instituto do Ceará.

[1] Em 1621, as terras portuguesas no Novo Mundo foram divididas em duas grandes áreas, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. Em 1655, o Ceará, que pertencia ao estado do Maranhão, foi desanexado e unido à Capitania Geral de Pernambuco.

metais preciosos em seu subsolo e seu clima semiárido era sujeito a secas periódicas. O Ceará colonial não atraía economicamente e, portanto, não interessava a nenhum donatário. Seus problemas agravavam-se com a resistência dos índios ferozes que habitavam a região. Quem se aventurasse por ali também teria que enfrentar as correntes aéreas e marítimas da costa que dificultavam a navegação durante a maior parte do ano (GIRÃO, 1984, p. 25).

Nem todos concordavam com esse diagnóstico sobre as desvantajosas condições naturais do Ceará. Em relatório datado de 1799, o governador[2] Bernardo Manuel de Vasconcelos alega que as remessas de dinheiros para Pernambuco empobreciam o Ceará, pois todo o comércio realizava-se pelo porto do Recife.

A desgraça com que se cobre, aquella importante collonia, emquanto a mim, he a mais principal, não ter huma navegação directa a Capital de Lisboa, pois maior parte delles, legítimos de Pernambuco, não merecendo por isso o Siará, a menor contemplação, nem o menor empenho, que facilite o seu augmento. (..) os gêneros, que produzem o Siará, os embarcão em Sumacas, que vão a Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro, levados por hum frete maior do que pagarião, se viecem em direitura a Capital (VASCONCELOS, 1799)

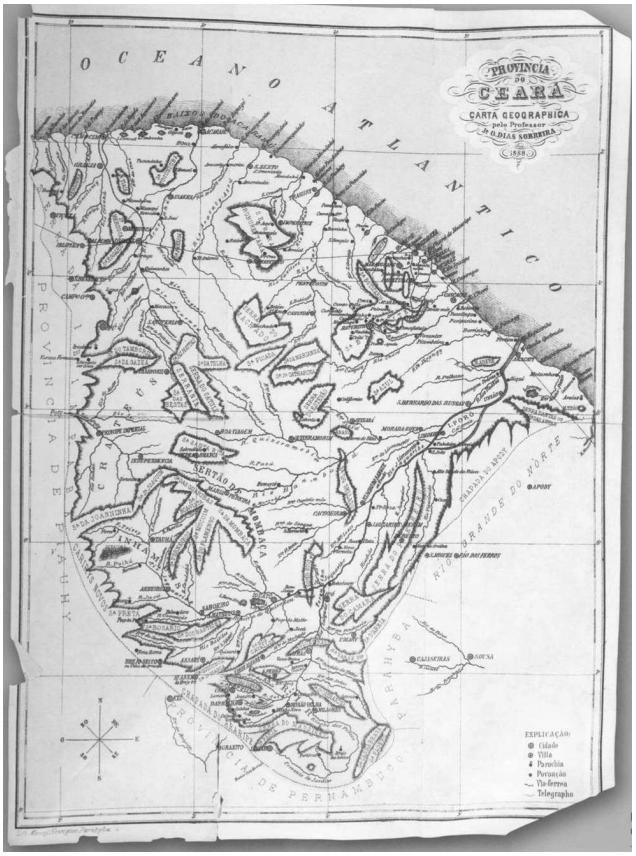
2 A natureza na província do Ceará

Apesar da imagem de semiaridez e miséria, a província do Ceará não era homogênea, nela encontrando-se regiões com relevo, hidrografia, vegetação e climas variados, assim como ocupação do solo diferenciada em função da demanda local, do mercado externo e do tipo de tecnologia adotado.

A maior parte da população cearense concentrava-se nas áreas mais úmidas do interior da província. Nas áreas semiáridas, identificadas com o sertão, a ocupação era rarefeita, adensando-se mais nos vales dos rios, todos eles temporários. A ocupação do litoral acentuou-se mais no final do século XIX com as vilas portuárias e após a política de controle das fronteiras com o estabelecimento de colônias de pescadores (DANTAS, 2003).

[2] A partir de 1799, o Ceará torna-se independente de Pernambuco e tem como administradores a figura do Governador. Depois de 1824, a província é administrada por presidentes nomeados por meio de carta Imperial. Com a proclamação da República Federativa do Brasil, em 15 de novembro de 1889, as unidades da federação recebem a denominação de Estado, e o administrador, de Presidente.

Figura 1 : Carta geográfica da província do Ceará (1888)



Fonte: Instituto do Ceará. Carta Geographica pelo Professor J. G. Dias Sobreira, 1888.

Entre as elevações, designadas de modo genérico de “serras”, destacavam-se os maciços cristalinos (inselbergs) e planaltos sedimentares, as conhecidas chapadas, onde o clima se apresentava mais úmido, com temperaturas mais amenas e vegetação mais densa. O Oceano Atlântico limitava a província ao Norte, e as chapadas cercavam o Ceará, estabelecendo as demais fronteiras. Ao sul, a chapada do Araripe o confinava com Pernambuco; a oeste, a chapada da Ibiapaba o limitava com o Piauí; e a leste, a chapada do Apodi o separava do Rio Grande do Norte. Entre os

maciços cristalinos, nas proximidades de Fortaleza, na direção sul, está o complexo de serras de Aratanha, Maranguape e Baturité. Um pouco mais afastada na direção noroeste, a Serra de Uruburetama. Na zona norte, nas proximidades de Sobral, está o complexo Meruoca-Rosário. Outros maciços pontuam o sertão, estando mais distantes da capital, como a Serra das Matas, Pereiro, Estevão (Quixadá), Bastiões, Maia, Pedra Branca, Santa Rita, Quincuncá (SILVA, 2000, p. 33). Nas "serras" úmidas, principalmente nas vertentes de barlavento, de solos mais profundos, desenvolviam-se as florestas (mata Atlântica em Baturité), áreas que foram cultivadas com fruteiras, cana-de-açúcar e o café plantado à sombra das árvores.

A depressão sertaneja, recoberta pela vegetação de caatinga, engloba áreas planas e suaves, onduladas com altitudes inferiores a 500 metros, posicionadas por entre os maciços residuais e os planaltos sedimentares. Essas amplas superfícies de aplainamento foram elaboradas sob condições climáticas semiáridas. Nessa unidade geoambiental, é difícil o acúmulo de água, pois são elevadas as taxas de evaporação, os rios são intermitentes, e inexiste água no subsolo. Nessa área, principalmente nos vales, estabeleceram-se grandes fazendas, em que dominaram a criação de gado, o cultivo de algodão para exportação e as culturas de subsistência. Na maioria, os trabalhadores eram homens livres, agregados, que trabalhavam em regime de parceria (rendeiros) ou de quarta, como vaqueiros. O sertão é caracterizado não só pela natureza, mas também pelo modo de vida do sertanejo e sua população (SILVA, 2000).

O sertão é entrecortado por planícies fluviais, áreas planas, com grande significado socioeconômico no semiárido. As mais expressivas ocorrem ao longo dos rios Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, Banabuiú, Choró, Salgado e Curu, sendo acompanhadas de matas galerias, destacando-se a carnaúba no baixo curso, grande produto de exportação no início do século XX. No litoral, nos baixos cursos fluviais e estuários, nas zonas de contato das águas doces dos rios com água salgada do mar, desenvolvem-se as planícies fluviomarinhas (SILVA, 2000).

Os tabuleiros pré-litorâneos são superfícies planas, suavemente onduladas, modeladas em sedimentos areno-argilosos e arenosos, revestidos por caatinga arbórea arbustiva, com condições climáticas semiáridas e subúmidas. Ricos em lagoas perenes, provenientes do lençol subterrâneo armazenado no interior dos depósitos sedimentares da Formação Barreiras. Ocupados por criação do gado, culturas de subsistência, os tabuleiros pas-

saram a ser de interesse comercial, com o cultivo de cajueiros e coqueiros, na segunda metade do século XX.

No litoral, em que dominava a atividade da pesca, as planícies litorâneas são formadas por praias e dunas, intercaladas por planícies fluviomarinhas, contando ainda com a presença de falésias e lagoas interdunares.

A natureza é descrita por muitos viajantes, naturalistas e estudiosos. Alguns ficavam admirados pela mudança brusca na paisagem do período de estiagem para o das chuvas. O inglês Henry Koster atravessou o Ceará no final do ano de 1810, período de seca, e observou cursos de água secos, vegetação morta e as estradas tomadas por levas de retirantes famintos. No entanto, ao retornar a Recife, no início de 1811, ficou surpreso com a rápida capacidade de recuperação da caatinga, logo após as primeiras chuvas. (KOSTER, 1942). No livro *A Secca do Norte,* o Barão de Capanema também descreve a transformação prodigiosa da paisagem cearense, em seguida aos primeiros aguaceiros. Studart ressalta que esse fenômeno ocorre também no reino animal.

> É um phenômeno que a todos espanta o viço com que os vegetais brotam do solo cearense logo após as primeiras águas; é um encanto, tudo se transforma como sob a acção de algum feiticeiro. E o que se nota nos vegetais se verifica egualmente no reino animal após a secca, a creação augmenta desmensuradamente; como que a natureza esteve em hibernação e, ora desperta e em trabalho, quer ressarcir as perdas, que soffreu, e ostenta então máxima pujança (STUDART, 1924, p.242).

"O Ceará torna-se então o país mais bonito do mundo". É assim que o geógrafo Pierre Denis descreve a brusca mudança que ocorre na paisagem após as primeiras chuvas: "É a eclosão desordenada da vegetação; algo como a rápida e mágica primavera das terras boreais" (1909, p. 272).

O botânico Freire Alemão, que esteve no Ceará em 1859, descreve em seu diário, em 31 de maio de 1859, a vasta e arenosa costa do rio Grande, cujas dunas (combros de areais) estão constantemente migrando pela ação contínua dos ventos.

> Essa areia seja lançada à praia pelo mar, ou seja, trazida pelo correr da costa quando ela toma a direção dos ventos gerais, enquanto não acham obstáculo, tornam a acumular-se, e vêm a formar montes mais ou menos vastos de modo a formar pela linha da costa uma sorte de muro. (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 224).

Na beira-mar, encontravam-se as matas baixas e cerradas. Os tabuleiros, planícies arenosas, eram cobertas de "moitas de mato baixo e carrasquenho". Os matos juntos às serras assemelhavam-se às caatingas do sertão e eram chamadas simplesmente de matas, e seus habitantes de matutos. "Os sertões são de natureza muito especiais, na qualidade das terras e nas vegetações que é de campos e capões de caatinga (que é uma mata alta)". O botânico obteve essas informações sobre as plantas e madeiras do Ceará, com o fazendeiro Sr. Costa, de Aratanha (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 199-200).

Freire Alemão ficou impressionado pelo aspecto particular do "país", mas surpreso, pois era inteiramente diverso da ideia que fazia: "campinas rasas cobertas de gramíneas e com algumas árvores dispersas". O pesquisador percebeu pela vegetação, a transição das ribeiras do Jaguaribe, cobertas pela carnaúba sempre verdejante, para as matas de tabuleiros e o sertão.

> Eis agora o que vi – um país todo montuoso, tendo às vezes lombadas de muitas milhas de extensão, deixando entre si estreitos vales, ou grotões; demasiadamente pedregosos, e raras vezes mostrando uma vargem de certa extensão, ou uma meia laranja rasa e larga; com intervalos de léguas vê-se o leito arenoso e largo dum rio, antes torrente, pois só correm no tempo das chuvas. Esses montes, tabuleiros e vales são cobertos de caatingas ou carrascos, isto é, duma vegetação especial, e de árvores soltas, cujo porte é o de uma laranjeira ordinária, daí para baixo, e raramente o mais alto. Tudo está sem folha, e como se por ali houvesse passado o fogo; por baixo dessas árvores o terreno é todo coberto de panasco, e mimoso, que são os pastos suculentos de toda a sorte de gado, e que também seco tem o aspecto loiro de uma vasta e contínua seara. Quando um homem se acha no alto dum desses oiteiros, torrados, e que lança a vista ao longe observa no meio dessa aridez correrem cintas largas duma verdura admirável, que são segundo as voltas dos rios e das grotas frescas; são pela maior parte magníficas oiticicas, que se parecem com gigantescas mangueiras, e que tanto mais virentes são quanto maior é a seca, diz a gente do país. Nem uma gota d'água por misericórdia, senão nas cacimbas dos leitos ou vizinhanças dos rios (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 153).

O sul do Ceará, o Cariri também foi visitado pela comissão científica (1859–1861), que destacou a fertilidade na chapada do Araripe. Freire Alemão acreditava que, se houvesse "indústria e capitais" poderiam ser

realizados estabelecimentos agrícolas em cima da chapada, que tinha um "clima delicioso". Para isso, seria necessária a construção de cisternas nas casas, e "cacimbas impermeáveis para bebedouro do gado, banhos, lavagens, etc."

> O Araripe não é verdadeiramente uma serra, mas sim um chapadão, cuja elevação sobre as serras vizinhas não excede de 1.000 pés... O seu chão é tão absorvente que nas grandes chuvas as águas não duram sobre o terreno, tudo se some, para se escoar em numerosas nascentes pela fralda, e redondeza de toda a montanha, o que faz a fertilidade das terras em roda numa zona de 1 a 2 léguas de largura, acompanhando a sinuosidade da serra (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 299).

Freire Alemão refletiu também sobre o efeito do clima sobre a população cearense, resultado da mistura do branco com indígena, biótipo diverso dos moradores do Rio de Janeiro:

> A beleza das formas desta gente, e que em meninos, são alguns tão claros como ingleses, e que fazem contraste com os da nossa gente de lá do Rio, mal conformados e doentios em geral, pode ser devida em parte à influência do clima, em geral saudável e ameno; mas creio tem grande parte nisso a mistura com o sangue americano, quando no Rio predomina a mistura do sangue africano. A esta mescla americana será também devida a clareza de inteligência, a viveza, e desembaraço que mostra o povo, e que os assemelham um pouco com os da raça espanhola do sul da América? (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 214).

Pierre Denis (1909), ao tratar do elemento etnográfico, ressaltou o domínio da raça primitiva dos habitantes do Ceará – os índios "se misturaram aos novos ocupantes da terra". A população rural preservou melhor os traços físicos do índio: "a tez bronzeada, os cabelos negros e lisos, os traços um pouco achatados de indígena". Alguns apresentam uma "figura de caráter verdadeiramente asiático" (p. 271).

3 O progresso vem do sertão − na rota das Charqueadas

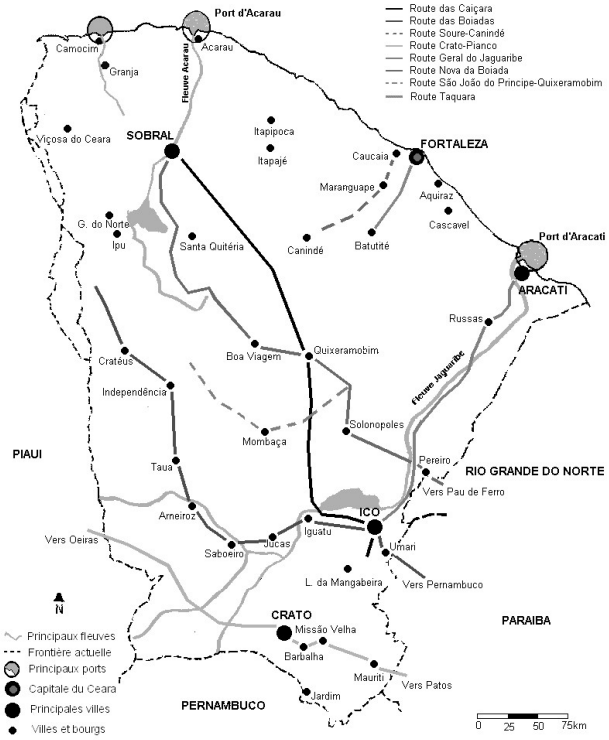
Com o aumento da demanda pelo açúcar no mercado europeu, a atividade açucareira, que tinha Pernambuco como principal centro produtor da região, passou a exigir cada vez mais terras litorâneas para plantio. A Carta Régia de 1701 "proibia a criação de gado até dez léguas contadas

a partir da faixa litorânea, quando o gado atenderia, de forma individual, aos centros do litoral, da Bahia ao Maranhão" (JUCÁ, 1994, p. 17). Com isso, o boi foi expulso para o sertão, o que permitiu a ocupação do interior pelas grandes fazendas de gado. A pecuária tinha função complementar à economia açucareira, fornecendo-lhe meio de transporte, animais de tração, alimento e couro. No final do século XVII, a partir da expansão da pecuária, o sertão do Ceará começa a ser povoado, e essa será a base econômica da capitania durante todo o século XVIII.

As fazendas de gado se espalharam pelo sertão, ocupando a ribeira dos principais rios, os vales fluviais. O gado vinha, principalmente, através de duas grandes trilhas. A primeira partia da Bahia, onde a criação de gado desenvolvera-se nas cercanias de Salvador, estendia-se depois para o norte, acompanhando a margem esquerda do rio São Francisco até atingir o sul do Piauí, o sudeste do Maranhão e o Ceará. A rica região do Cariri, no sul do Ceará, foi colonizada pelos baianos seguidos pelos sergipanos, e, pela qualidade de seu solo, era também produtora de cana-de-açúcar (V. GIRÃO, 1995). Assim, como definiu Capistrano de Abreu, eram baianos os sertões de dentro. A outra trilha de expansão da criação de gado partia de Olinda, em Pernambuco, em direção norte-nordeste, atravessava os sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte e alcançava o vale do Acaraú no Ceará. Sendo, portanto, ainda segundo Capistrano de Abreu, pernambucanos os sertões de fora.

Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaracu atravessava o Jaguaribe, procurava o Alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe, avantaja-se toda região. Também no Alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano, como já foi indicado (ABREU, 2000, p. 156).

Figura 2 : As estradas do gado no Ceará do século XVIII.



Fonte: DANTAS, 2000.

A costa cearense se dividia, então, em trechos específicos – Jaguaribe, Siará e Acaraú. Durante o período colonial, designava-se Siará apenas os trechos adjacentes ao pequeno rio que desce da Serra de Maranguape (CASTRO, 1982). Foi nas margens dos dois maiores rios cearenses, Jaguaribe e Acaraú, que se desenvolveram as grandes fazendas de gado, fatores essenciais para o processo de ocupação e de colonização da capitania. As boiadas atravessavam o sertão do Ceará em direção aos principais centros populacionais litorâneos, acompanhando, principalmente, os cursos dos rios. A Estrada Geral do Jaguaribe partia das nascentes do rio Salgado, no Cariri, descia por ele até o rio Jaguaribe, cujo leito acompanhava, atravessava lugares que, posteriormente, deram origem às cidades de Russas e Icó, até chegar ao Aracati. A Estrada das Boiadas ou dos Inhamuns, ligava

o sertão central cearense ao Piauí; a estrada Nova das Boiadas ligava Pernambuco ao Ceará através da Paraíba e do Rio Grande do Norte; a Estrada da Caiçara, na região Norte, acompanhando o rio Acaraú, ligando Sobral ao litoral. Inicialmente o gado era conduzido em pé, pelos "caminhos das boiadas". Mas a impossibilidade de concorrer com fazendeiros das áreas mais próximas ao litoral, o extravio de muitas reses pelo caminho e o desgaste que os animais enfrentavam para vencer as grandes distâncias, onde, muitas vezes, faltavam pasto e água, fez surgir, na segunda metade do século XVIII, as chamadas oficinas, charqueadas ou feitorias. O gado era abatido, transformado em carne seca salgada e em couro nessas fábricas, e o produto final era exportado para as vilas litorâneas (V. GIRÃO, 1994). Essa atividade mostrou-se muito lucrativa, e boiadas que antes se dirigiam às feiras de Pernambuco e da Bahia passaram a rumar para a foz dos rios, onde se situavam as oficinas e os curtumes que beneficiavam a carne e o couro do gado.

Aos poucos, foram-se instalando, em diversos pontos do sertão cearense, currais e ranchos, locais de encontro para atender às necessidades dos rebanhos e dos tangedores de gado; estabeleceram-se feiras mensais e anuais, e foram sendo construídas capelas. As charqueadas favoreceram o desenvolvimento de muitas localidades do interior do Ceará durante o século XVIII. Prosperaram as vilas localizadas em terminais de exportação como Aracati, Granja, Camocim e Acaraú que produziam sal, possuíam barras acessíveis à navegação de cabotagem e condições favoráveis à secagem e conservação do produto (ventos constantes e baixa umidade relativa do ar). Nessas vilas, oficinas produziam a carne de sol, conhecida também como carne do Ceará (V. GIRÃO, 1994).

A precariedade dos caminhos dificultava as relações comerciais entre as diversas regiões do Ceará. A zona leste, onde domina o Vale do Jaguaribe, tinha como centro coletor da produção interiorana a vila de Icó, um cruzamento de caminhos que vinham do Piauí, sertão cearense e pernambucano, Cariri e litoral. Essa produção descia o rio Jaguaribe para ser exportada pelo porto do Aracati. Por esse centro, também eram distribuídos os produtos importados, chegados pelo porto de Recife. A produção da zona norte era concentrada em Sobral e desse centro descia os vales dos rios, em direção aos portos de Acaraú e Camocim. Ao Sul, a região do Cariri mantinha algumas trocas com o sertão e com Aracati, mas, devido a sua localização e condições naturais favoráveis à produção

da cana-de-açúcar, era fortemente ligada a Recife. As diferentes regiões se comunicavam diretamente com Recife, pois o Ceará ainda estava subordinado politicamente à capitania de Pernambuco. Fortaleza, de certa forma, estava em desvantagem em relação a outras vilas da capitania, por ficar isolada das zonas de maior produção, ou seja, excluída das rotas comerciais, ligadas à pecuária.

Na *Memória* escrita, em 1799, sobre a Capitania do Ceará, o primeiro governador Manoel Bernardo de Vasconcelos afirma que, das vilas e povoações estabelecidas pelos europeus e seus descendentes, vinha, a seu ver, em primeiro lugar, a Vila de Santa Cruz de Aracati, situada às margens, do Rio Jaguaribe. Ali, pela facilidade da barra, estabelecera-se a principal Feitoria das Carnes Secas, onde eram sacrificados todos os anos mais de cinquenta mil reses e se embarcavam mais de vinte mil arrobas de algodão. A segunda vila era a de Sobral, situada às margens do Rio Acaraú, de forte comércio. A terceira vila mais importante era a de Icó, situada no centro, no vale do Jaguaribe, a mais de seiscentas léguas do mar e que servia de depósito para as produções do interior da Capitania. Essas duas últimas vilas, situadas em locais onde se cruzavam importantes caminhos, tiveram sua origem em ranchos estabelecidos no meio do caminho das boiadas onde ocorriam as feiras. Dessa maneira, formaram-se muitas das vilas e cidades cearenses. Como diz Hoornaert: "Ao longo das 'estradas de ribeira' nascem os currais, e cada curral pede uma capela e cada capela precisa da presença de um padre, pelo menos esporadicamente" (1994, p. 53).

De fato, a Igreja Católica também desempenharia papel fundamental no desenvolvimento das primeiras aglomerações urbanas no Ceará. Os aldeamentos indígenas criados pelos jesuítas contribuíram para ocupar, agregar e concentrar a população do interior em torno da igreja, propiciando também o desenvolvimento de um pequeno comércio local. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, os aldeamentos passaram a ter uma organização puramente civil, sendo os maiores elevados a vilas, e os menores a lugares (ABREU, 2000). Estas vilas dos séculos XVIII e XIX, originadas de aldeamentos indígenas, como Crato, Missão Velha, Viçosa do Ceará, Granja, Caucaia, Pacajús, Baturité, Parangaba e Messejana – tiveram papel importante na difusão da cultura e da educação (SOUZA, 2005). Com a expulsão dos jesuítas, a presença da Igreja se manteve por meio de outras ordens e foi fator de coesão das aglomerações que iam surgindo.

No final do século XVIII, doze vilas tinham sido instaladas no Ceará: Aquiraz (1713), Fortaleza (1726), Icó (1738), Aracati (1748), Caucaia (1759), Viçosa do Ceará (1759), Crato (1764), Baturité (1764), Sobral (1773), Granja (1775), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796) (SOUZA, 2005). As principais vilas cearenses ficavam no sertão ou tinham sua prosperidade associada à criação do gado. A ocupação e a prosperidade do Ceará cearense se deram, portanto, do interior para o litoral.

> [...] a luta entre a marinha e o sertão, um facto commum a todas as antigas capitanias, occupadas na criação do gado, e povoadas por gentes idas do rio S. Francisco, isto é, do interior para o litoral [...] Como no Ceará o sertão investiu contra o litoral, chegando a dominar-lo na Confederação do Equador; como o litoral resistiu ao sertão e por fim domou-o; como estes dois elementos unidos se amalgamaram e conciliaram, formando hoje uma população homogênea e enthusiasta de sua terra... (ABREU, 1899/1996, p. 230-231).

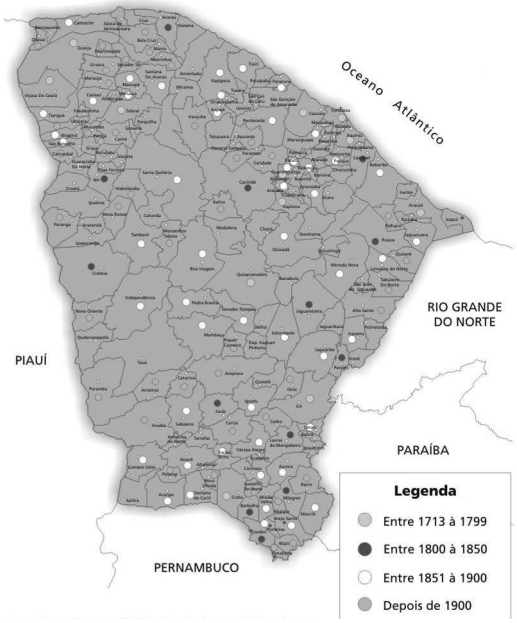
Diferente da rede urbana dendrítica, característica dos países coloniais, onde as cidades eram especializadas na captação de produtos no interior e drenagem deles para o mercado europeu, no espaço cearense, o sertão dominou o litoral.

> Nele (Ceará) a demanda externa não é um fator preponderante na organização espacial pretérita, nele não se dispõe de uma cidade primaz litorânea. Sua economia era, até meados do século XVIII, regional, atrelada à demanda da zona da mata. Não dispunha de uma cidade primaz, mas de conjunto de cidades interioranas, articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais (DANTAS, 2003, p. 208).

No começo do século XIX, a província do Ceará tinha 24 freguesias e dezesseis vilas, já dispunha então de alguns serviços e equipamentos: uma junta da Real Fazenda (criada em 1799), um ouvidor geral da comarca; um juiz de fora na capital (nomeado em 1810), que servia, ao mesmo tempo, de procurador da coroa, juiz da alfândega e auditor da tropa; duas companhias de tropa paga de infantaria e artilharia, que protegiam a capital; um hospital real militar, nove regimentos milicianos e contava ainda com duas casas de inspeção de algodão, uma na vila de Aracati e outra na de Fortaleza.

O crescimento da região motivou o Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, em 2 de junho de 1800, a comunicar ao presidente Bernardo de Vasconcelos que "um tal de Barão de Humboldt", natural de Berlim, estava viajando pela América portuguesa, fazendo mapas e observações geográficas e topográficas. Ordenava, em nome do Príncipe Regente, D. João, que lhe fossem obstadas tais pretensões vedadas pelas leis portuguesas aos estrangeiros. O príncipe temia que Humboldt pudesse "tentar com novas ideias e capciosos princípios, os ânimos dos povos seus fiéis vassallos existentes nesses vastos Domínios". Seguindo essa orientação, Bernardo de Vasconcelos, em mensagem transmitida às câmaras das vilas cearenses prometeu recompensa de 200$000 a quem prendesse o Barão de Humboldt, "pelas razões políticas do Estado exigirem a segurança de hum tal homem muito principalmente no estado actual das cousas" (apud STUDART, 1896, p. 440).

Figura 3: Vilas do Ceará no século XIX.



Fonte: Souza, 2005

4 O melhor clima do mundo

Em *Memória* sobre a capitania independente do Ceará, escrita em 18 de abril de 1814, o ex-governador Luiz Barba Alardo de Menezes (1808-1812) considera aspectos positivos da terra cearense, o fato de "se não encontrarem durante ella, baixos" e a facilidade de reconhecimento, por apresentarem grandes montanhas visíveis em toda a extensão de cento e quarenta léguas, da barra do rio Mossoró, que a divide da capitania do Rio Grande do Norte, a leste, até a Amarração, que a separa da vila de São João da Parnaíba, da capitania do Piauí, a oeste. Também destaca o potencial da região, a salubridade do ar e a qualidade da água, dos quais seria prova a longevidade dos cearenses.[3]

> Tem poucos rios navegáveis, mas infinitas ribeiras, immensas serras de prodigiosa producção de todos os gêneros, especialmente de algodões, excellentes águas, saborosos fructos e os seus ares talvez sejão os melhores deste continente, como se comprova do grande número de pessoas, que tem de avançada idade (B. A. MENEZES, 1897, p. 39).

O presidente da província Francisco de Sousa Martins, em relatório datado de 1º de agosto de 1840, afirmava que o clima do Ceará era extremamente sadio, não havendo "risco de contágio, ou enfermidades endêmicas, que fação estragos na nossa população." O Brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt, que sucedeu Sousa Martins, em seu relatório de 1º de junho de 1843, também exalta a salubridade do solo, dizendo

[3] Lombard, em 1877, trata da longevidade da população brasileira, destacando o cearense: "En ce qui regarde l'ensemble du pays, nous n'avons aucun document exact; nous savons seulement que la longévité est l'un des traits caractéristiques de la démographie brésilenne. Chaque province peut citer des exemples de ce genre: la Revista médica fluminense de 1839 asignalé plus de trente-cinq centenaire. L'un des plus remarquables est celui d'André Vital de la province de Céara qui vécut jusqu'à 124 ans; il était entouré de ses descendants au nombre de cent quarant-neuf et mourut en 1775. Ces cas de longévité témoignent en faveur de l'excellence du climat pour les vieillards" (LOMBARD, 1877, p .456).Lombard, em 1877, trata da longevidade da população brasileira, destacando o cearense: "Em relação ao país como um todo, nós não possuímos nenhum documento exato; sabemos apenas que a longevidade é um dos traços característicos da demografia brasileira. Cada província pode citar exemplos desse gênero: a Revista médica fluminense de 1839 identificou mais de 35 centenários. Um dos que mais notáveis é o de André Vital da província do Ceará que viveu até os 124 anos; estava cercado de seus descendentes em número de 149 e morreu em 1775. Esses casos de longevidade testemunham em favor da excelência do clima para os mais velhos" (LOMBARD, 1877, p .456).

que o mesmo "não tem aprezentado d'aquellas epidemias mortíferas, que assolão outros lugares; e com quanto tenhão as febres intermitentes se dezenvolvido n'esta passagem d'estação com mais vigor, não tem sido mortíferas". E conclui dizendo que "a Providência, que vigilante preside aos destinos do Brasil, tem affastado desta Província a ceifadora bexiga".

Mas os grandes entusiastas da salubridade e fertilidade da terra foram mesmo os médicos, cientistas e intelectuais cearenses da virada do século XIX para o XX. A salubridade é ressaltada pelo médico e historiador Barão de Studart, em *Geographia do Ceará*:

> Sob o ponto de vista do seu clima, que é justamente proclamado como dos mais saudáveis do Brasil, se poderá dividir o Ceará em três zonas: a do litoral, que comprehende a faixa marítima até 30 km para o interior, quente e humida, caracterizando-se por ventanias, que a açoitam de continuo, sendo o vento dominante o Sueste, seguindo-se-lhe o SUSSUESTE e ESSUESTE; a das serras frescas e menos humidas; a do sertão, quente e secca... Não é, pois a temperatura com suas pequenas variantes o que caracteriza o clima do Ceará; das chuvas, sim, dependem as suas estações, e essas, rigorosamente fallando, poder-se-á dizer que são duas, o inverno e o verão,[4] a primeira indo de fevereiro a junho ou para melhor dizer principiando com o solstício de março (STUDART, 1924, p. 253).

José Cândido Freire, em seu artigo "O melhor clima do mundo", defende a ideia de que a alguns quilômetros de Fortaleza, nas serras de Maranguape, Aratanha, Baturité e do Estevão, numa altitude em torno de 800m acima do nível do mar, durante todo ano, é uma "eterna primavera". "O céu é quase sempre límpido e estrellado", e, no termômetro, a sombra, todo o ano, a temperatura é entre 14 a 29°. O autor do texto, citando Hyppocrates, diz que este "aconselhava a seus conterrâneos residirem no clima sadio por conhecer n'ella acção benéfica no physico e no moral" (FREIRE, 1908, p. 77).

O senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, no *Ensaio Estatístico sobre a Província do Ceará*, de 1863, afirma que a salubridade do Ceará é "uma das mais bem reputadas do Brasil", atraindo tuberculosos de todo o país em função das "causas topográficas e meteorológicas", que a tornam:

[4] No Nordeste brasileiro, é popularmente chamado de inverno o período das chuvas e de verão o período de estio, que dura mais de oito meses por ano.

> [...] excepcionalmente seca, sujeita a longas estiadas, que dificultam à sua superfície os pântanos ou alagados, viveiros do paludismo... Devido a estas condições, exerce desde longa data o Ceará persistente atração sobre grande parte dos habitantes dos próximos Estados, até o Amazonas, a ponto de ser havido como o mais eficaz sanatório para os enfermos que vem pedir a seu clima restaurantes melhoras ao enfraquecimento da saúde, ao esgotamento vital produzido pela ação deprimente das temperaturas úmidas e quentes (BRASIL, 1997, p. 473).

Outro elemento que o autor utiliza para justificar a qualidade do clima é a sua ação particular no rápido crescimento da população. Pierre Denis (1909, p. 271), ao tratar da fecundidade das mulheres cearenses, afirma que ela é "proverbial, mesmo no Brasil". Isto se deve ao céu do Ceará, que "se é avaro de chuvas, pelo menos é salubre". Dados do recenseamento de 1872, inclusos no Relatório da Divisão de Estatística de 2 de agosto de 1876, atestam este fato:

> A despeito das calamidades climáticas, porventura as mais ruinosas nesta parte do continente americano, a progressão vegetativa da população cearense é verdadeiramente excepcional, senão assombrosa, superior a de qualquer outra região brasileira, favorecida por melhores condições topográficas e meteorológicas. [...] Todos esses elementos eram contrários ao crescimento rápido da população, salvo a benignidade do clima. Apesar da escassez de terras lavradias para a lavoura de cana, próxima dos portos, das rivalidades dos primeiros povoadores, do aniquilamento da raça indígena, de secas devastadoras e repetidas, continha o Ceará a população mais densa do Brasil, exceptuando o Rio de Janeiro por condições excepcionais, em 1872, segundo o arrolamento daquele anno. A prova era decisiva: o Ceará em confronto com as demais províncias irmãs, favorecidas pela chuva, pela fertilidade do solo, pela ação oficial no seu povoamento, contava 6 habitantes por quilometro quadrado contra 11,3 no Rio de Janeiro; 5,6 em Pernambuco; 5,9 em Alagoas; 2,3 em São Paulo; e 1,8 no Rio Grande do Sul (apud BRASIL, 1922, p. 475).

Essa ideia é reforçada pelo farmacêutico Rodolpho Theóphilo, que considera o clima das serras, semelhante ao da Europa, na primavera, o mais saudável para os neo-hipocráticos:

> O clima do Ceará é quente e humido no littoral, fresco nas serras, quente e secco no sertão; em geral, porem mui salubre [...] O calor é moderado pela brisa constante do mar e frescura das noutes. Nas

> serras mais elevadas a temperatura, sobre tudo de maio a setembro, é egual a de alguns paizes da Europa, na primavera. ... Na capital, a média thermometrica annual é de 26°6. No alto sertão, o calor sobe, no máximo, a 37° a sombra. Nas serras da Ibiapaba, Araripe, Baturité, Aratanha e Maranguape, nos mezes de junho a agosto, o thermometro tem descido a 14° e não sobe além de 24° (THEOPHILO, 1901, p. 11).

A estabilidade climática, a pequena alteração nas estações (estação das chuvas e estação seca), a temperatura amenizada pelos ventos alísios que refrescam a cidade de Fortaleza, o solo arenoso que rapidamente absorve as águas de chuva e impede a formação de manguezais e alagados, o direcionamento da construção da cidade voltada para o oriente, todos esses aspectos são acentuados nos diversos artigos e livros do Barão de Studart (*Geographia do Ceará*, 1924 e *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*, 1909); do Senador Pompeu (*Secca e fome de 1825, 1826 e 1827*, publicado em 1895); de Thomaz Pompeu de Souza Brazil (*O Ceará no seculo XX*, 1909; *O Ceará no centenário da Independência do Brasil*, 1922); de Rodolpho Theophilo (*Seccas no Ceará*, 1901) e de José Cândido Freire (*O melhor clima do mundo, Almanach dos municipios*, 1908).

Freire Alemão, em alguns momentos, faz elogios ao clima e ao povo do Ceará, mas, em outros, critica-o pela aversão aos estrangeiros, principalmente portugueses, pelo antimonarquismo e a imagem grandiosa que fazem de sua terra.

> Mesmo a respeito do Brasil, eles têm idéia tão exagerada da sua província que se persuadem ser o Ceará superior a todas em tudo; e enfim para eles Brasil é Ceará. Dêem-nos dois meses de chuva somente em cada ano que o Ceará não precisa de mais nada! (FREIRE ALEMÃO, 1964, p. 316).

Esse discurso marcado pelo amor à terra natal e pela vontade de encontrar soluções para os problemas do Ceará é característico dos intelectuais e cientistas cearenses. A confiança na capacidade e produtividade da terra e da sua gente, na enorme e rápida capacidade de recuperação diante das intempéries colocaria sempre em pauta a questão: o que faltaria ao Ceará para o seu rápido desenvolvimento? O entusiasmo de Barão de Studart, em relação à salubridade e à fertilidade do solo cearense só era alterado quanto ele falava sobre as grandes estiagens que afligiam a população nordestina.

> Fora o Ceará uma região de chuvas regulares e bem distribuídas e no Brasil nenhum Estado lhe levaria vantagens; corta-lhe, porém, o vôo para incomparáveis destinos a secca, que o persegue, devido a sua especial disposição geographica e às correntes aéreas que o cortam (STUDART, 1924, p. 253).

O que faltava ao Ceará era, portanto, vencer o seu maior inimigo: a seca.

5 Soluções: açudes etc.

A seca foi o maior problema enfrentado pelos governantes do Ceará. A busca de soluções para sanar suas consequências é tema constante nos relatórios dos presidentes da província. Propostas de construção de açudes, represas, poços artesianos e de ações para preservação das matas aparecem na maior parte deles.

O senador José Martiniano de Alencar, presidente do Ceará entre 1834 e 1838, foi um dos mais dinâmicos governantes da província da qual era filho, ao contrário dos presidentes que o antecederam. Ele não concordava com a imagem de miséria e sede que muitos tinham de sua província e acreditava que faltava apenas um impulso para fazer desabrochar as riquezas de seu solo, tal como manifestou em mensagem ao Imperador D. Pedro II:

> Nossa Província, que fora muita gente faz della a mais triste idéia, suppondo que nem água temos para beber, quanto a mim não necessita senão de um impulso para se verificar o seu melhoramento. Está em vossas mãos dál-o, o mais fará o solo abençoado, o clima bello em que vivemos (apud NOGUEIRA, 1889, p. 113).

Alencar propôs vários meios para tentar atenuar as consequências da seca. Chegou mesmo a oferecer prêmios para incentivar a construção de açudes por particulares:

> O fazendeiro, creador ou lavrador que no Ceará construir, em sua fazenda ou à margem da estrada pública, açude de pedra e cal, receberá pelos cofres da Província uma gratificação de 10$000 reis por cada braça de extensão, somente necessária à repreza das águas; e o que construir de terraço, receberá uma gratificação de 5$000 reis, paga pelo mesmo modo, comtanto que plante o terraço arvoredos, devendo

> a sua serventia ser pública unicamente para o uso das águas, sendo o proprietário ou proprietários obrigados a conserval-o e reparal-o (Decreto datado de 5.8.1832, apud NOGUEIRA, 1889, p. 114).

Homem moderno, informado sobre os progressos da técnica e da ciência, Alencar já conhecia os poços artesianos, mas receava que sua província não pudesse arcar com as despesas e a responsabilidade de ser a primeira a experimentar esse avanço.

> Não me atrevo a induzir-vos por ora a pôr em effeito as fontes artezianas; porque ainda supponho esta empreza superior às nossas possibilidades, convindo antes esperarmos que ellas appareçam em alguma outra província do Brasil, para então com melhor conhecimento de causa nos propormos a effectual-a em nossa Província (apud NOGUEIRA, 1889, p. 113).

Em 1837, Alencar mandou construir, em Fortaleza, o Reservatório d'água do Pajeú, que foi reconstruído em 1879 na administração do Presidente Dr. José Júlio de Albuquerque Barros (NOGUEIRA, 1889).

> O país em parte montanhoso e coberto de florestas virgens, em parte semeados de savanas verdejantes ou áridas, segundo a estação, é anualmente desolado pelo flagelo da seca, que aí faz por vezes horríveis estragos, destruindo a vegetação, os animais e até os homens. Esta circunstância impede naturalmente a agricultura e a indústria de se desenvolverem em maior escala. O mal não é, entretanto irremediável. Poder-se-ia por meio de barragens praticadas nas gargantas das montanhas construírem-se imensos reservatórios e regas que salvariam as plantações durante a estação seca. [...] É fato que a configuração das serras desta província tornaria extremamente fácil o estabelecimento destas barragens. [...] Seria bom também tornar úteis quanto possível as águas do Jaguaribe e de seus afluentes, e ao mesmo tempo fazer o ensaio de poços artesianos, que em muitos lugares da Europa tem produzido os mais felizes resultados (NOGUEIRA, p. 245).

Para o presidente Ignácio Corrêa de Vasconcelos – que governou o Ceará entre 1844 e 1847 – a solução contra a seca era, além da construção de açudes, a preservação das matas. A seu ver, sendo o Ceará desprovido de lagos e rios e também não possuía grandes matas "que conservassem o solo sempre molhado e humido, purificando os ares, e attrahindo a eletricidade", o que traria como consequência a chuva. Um preservacionista

avant la lettre, Corrêa de Vasconcelos criticava a destruição das matas que, na sua opinião, era a principal causa da esterilidade do solo.

> A província tem despresado um dos pontos mais importantes em que deveria occupar, e visto com olhos de indiferença suas poucas mattas a cahirem ao golpe destruidor do machado do agricultor ignorante! Disto tem resultado a esterilidade de nossos invernos, e, por conseguinte a penúria e a miséria com que muitas e muitas vezes temos visto a braços [...] A nossa primeira necessidade é certamente a água: e já que não tivemos a ventura de possuir lagos e rios perenes para refrescarem os nossos campos, ao menos conservemos as poucas mattas que temos e procuremos crear outras (RELATÓRIO, 1º. 07.1847, p. 4 e 18).

Entre as medidas práticas e de resultado imediato implementadas por Correia de Vasconcelos, destacam-se a recuperação do açude do Pajeú, em Fortaleza e a construção de represas nas lagoas de Mecejana, Jererahú e Maraponga. Ele também obteve recursos junto ao governo imperial para construir um açude na lagoa dos Fundões, na estrada da Imperatriz (RELATÓRIO, 1º. 07.1847 apud BRASIL, 1922, p. 416).

Em 1858, o Dr. Silveira de Sousa apresentou à Assembleia Provincial do Ceará relatório em que defende a aplicação de recursos públicos na construção de açudes:

> É para mim fóra de dúvida a necessidade de continuarmos a auxiliar pelos cofres públicos a construcção de semelhantes obras na Província: e mesmo mais para adiante será preciso talvez emprehendel-as directamente a sua custa. Esses açudes contribuirão de modo muito poderoso para sanar-se o mal das seccas e dos invernos escassos que nos affligem, pois é sabida a influência que os grandes e multiplicados depósitos d'água, principalmente quando bem circumdados de arvoredos, exercem na formação e quedas das chuvas (apud BRASIL, 1922, p. 417).

No relatório do ano seguinte, ele recomendou que se realizassem estudos técnicos no Ceará a fim de que fosse projetada a melhor maneira de se distribuir reservatórios de água pela Província: "Um plano de construcção simultâneo ou mesmo successivo de taes depósitos d'água, e de arboricultura em escala sufficiente, suppõe recursos não só pecuniários mas de muitas outras espécies que não possuímos" (BRASIL, 1922, p. 418).

Em 1859, o Senador Pompeu publica a "Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província

do Ceará", folheto reunindo coletânea de artigos do jornal *O Cearense*, para distribuição entre os agricultores e criadores cearenses, a fim de convencê-los "das verdades incontestáveis bebidas em factos authenticos, e na authoridade de sábios respeitáveis". A campanha empreendida pelo Senador Pompeu tinha como objetivo "fazer parar o pernicioso systema da devastação das matas e a conveniência de tratar-se a arboricultura, como meio de preservar a província do flagello das seccas, já tão freqüentes". Afirma que faz isto "com o desejo de ser útil a nossa província a cuja prosperidade dedicamos todos os nossos exforços" (BRASIL, 1859, p.20).

Com este objetivo chegam a Fortaleza, em 25 de julho de 1859, 14 camelos, importados da Argélia e acompanhados de quatro árabes encarregados de tratar e ensinar a lidar com os animais. O objetivo principal era a aclimatação de dromedários que pudessem fornecer novos recursos e ser úteis à região. A experiência realizada com sucesso na Austrália foi um fracasso no Brasil e motivo de muitas polêmicas nos jornais brasileiros.

A construção de açudes continua sendo a grande alternativa para conviver com a seca. O Dr. Piquet, no artigo "O Açude do Quixadá", afirmava que a irrigação seria o grande regulador das chuvas, que ocorriam concentradas e irregularmente espaçadas no Ceará. Em cálculos realizados para a construção do açude do Cedro, em Quixadá, inaugurado em 1906, concluiu: "Não é exagero admittirmos que 250 millímetros de chuvas, mesmo muito subdivididos, deem para substituir quatro irrigações, em um anno de secca, ou o que equivale, a irrigação de um mez" (apud BRASIL, 1922, p. 431).

A memória produzida por Raja Gabaglia motivou interessante polêmica em torno da questão da açudagem como solução para o problema das secas do Ceará. Vários intelectuais brasileiros ocuparam as páginas de alguns dos jornais do Rio de Janeiro para tratar do assunto. O tema também esteve na pauta dos debates durante algumas sessões do Instituto Polytechnico do Rio de Janeiro (18 de outubro de 1877) e da Associação Brasileira de Aclimação, presidida pelo Conselheiro Beaurepaire Rohan (10 de outubro de 1877) (BRASIL, 1922).

O principal crítico das propostas de Raja Gabaglia foi seu colega Viriato de Medeiros, que, em artigos do Correio Mercantil, em 1860, e posteriormente no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1877, combateu algumas medidas propostas, particularmente a açudagem. Medeiros alertava contra o perigo das inundações, que viriam a ser causadas,

e da grande evaporação das águas dos açudes, em função das elevadas temperaturas da região. Seus argumentos foram vigorosamente rebatidos pelo Conselheiro Beaurepaire Rohan, pelo Senador Pompeu e por todos os conhecedores das condições físicas do Ceará (BRASIL, 1922, p. 426).

O conselheiro Rohan sugeria a plantação de árvores em torno dos açudes, de preferência, frutíferas para alimentação dos homens, formando uma "espécie de oásis a semelhança dos que se observam nos desertos". O Dr. Glazou defendia, para maior eficácia dos açudes, a plantação de árvores que teriam por finalidade a "formação de humidade, a protecção dos tanques e de seus peixes". Já o Barão de Capanema propunha a "construcção de cisternas e o preparo do feno como meio de attenuar os effeitos da secca". Divergia dos outros sobre a solução de açude por entender que ele servia "antes de foco miasmático, resultado de detrictos orgânicos, vindo prejudicar a salubridade pública, do que de aguada e agente fertilisante do solo" (BRASIL, 1922, p. 452).

Já o engenheiro André Rebouças apresentou proposta mais ampla e mais avançada para a província do Ceará. Além da implantação de vias férreas, uma espécie de reforma agrária, ou seja, a "desapropriação dos terrenos marginaes a essas estradas para serem divididos em lotes e nelles fixados os emigrantes". Sugeria também:

> a execução de obras e melhoramento nos portos marítimos e fluviaes notoriamente o de Fortaleza, Mucuripe, Aracaty, etc., abertura de poços indianos e instantâneos, construcção de cisternas venesianas, preparação de silos algerianos, estabelecimento de pescarias na foz dos rios do Ceará e melhoramentos da foz dos rios para prevenir inundações nas epochas das chuvas (BRASIL, 1922, p. 448).

Desses debates, participaram também membros da comissão de Engenheiros que estiveram na Província durante o primeiro semestre de 1878, em plena seca. Essa nova comissão – composta por Nabuco de Araújo, Lassance Cunha, Julius Pinkas, Henrique Foglare, Adolpho Schwarz e Leopoldo Schrimerpor – tinha por objetivo percorrer o Ceará e encontrar meios de abastecer a província de água, nos anos secos, fornecendo a quantidade necessária para o uso da população e a irrigação da lavoura. A Comissão chegou a Fortaleza a 13 de janeiro de 1878 e permaneceu até 22 de junho de 1878, quando foi dissolvida. Projetou plantas de açudes para Quixadá, Quixeramobim, Sobral, Granja, Acarahú e para o vale do

Gererahú. Uma das sugestões que apresentou foi a da transposição das águas do Rio São Francisco[5] para o Rio Jaguaribe, a fim de irrigar o Ceará.

> A commissão de engenheiros, além dos trabalhos de prolongamento da estrada de ferro de Baturité, apresentou parecer ao governo sobre o estabelecimento de observatórios meteorológicos, construcção de um canal para ligar o São Francisco ao Jaguaribe, estradas de ferro, cisternas, poços artezianos e arborisação (BRASIL, 1922, p. 422-23).

Desde 1877, os especialistas concordavam sobre os meios de evitar os efeitos devastadores das secas: construção de estradas de ferro e de reservatórios de água para irrigação. Durante a grande seca de 1877-79, pequenos açudes foram construídos. A estrada de ferro de Baturité foi encampada pelo Império e prolongada, atingindo esta cidade, em 1882. A estrada de ferro de Sobral-Camocim, iniciada durante esta seca, foi inaugurada em 1882.

O engenheiro inglês J. J. Revy organizou estudos, planos e orçamentos para a construção de três grandes reservatórios de água para a irrigação da província: Quixadá, Itacolomy e Lavras. No documento *Exposição sobre açudes – appenso ao Relatório do Senador Leão Velloso* a 30 de junho de 1881, destacou a fertilidade das terras cearenses e a possibilidade de grande incremento na produtividade da região com a utilização de técnicas modernas.

> As planícies do Icó, Limoeiro e Russas, são as mais férteis com que a natureza tem dotado qualquer paiz. É também notório que estas planícies carecem só de chuvas a intervallos regulares para produzirem tudo com perfeição e abundancia. Há 4 mezes de chuvas e 8 de secca. Si, pois, não se deixasse escapar água alguma pelos rios, si a água da chuva que agora vae para o oceano podesse ser retida e distribuída durante a estação secca do anno, tal quantidade seria sufficiente para humedecer essas planícies durante 8 mezes de secca nos annos ordinários, absolutamente do mesmo modo como si a estação chuvosa tivesse continuado sem interrupção durante o anno inteiro (apud BRASIL, 1922, p. 452).

[5] No século XXI, a transposição do Rio São Francisco voltou à pauta de discussões no Congresso Nacional e da imprensa brasileira, com discordâncias, principalmente dos políticos da Bahia, que temiam que o desvio das águas prejudicasse a agricultura do Estado. Em 2007, tiveram início as obras de transposição.

Acreditava que, com os plantios regados pelas obras de irrigação, o vale do Jaguaribe poderia acomodar muito bem a metade da população da província.

> O povo se mudaria e se estabeleceria nestas planícies nos tempos ordinários, e formaria novos centros, novas aldeias, novas villas. Pouco a pouco, retirar-se-ia do árido sertão, e quasi é desnecessário dizer que na occasião da próxima secca não haveria emigração alguma, porque o povo já estaria estabelecido nas planícies irrigadas dos valles (apud BRASIL, 1922, p. 453).

Revy observou que o algodão plantado no Ceará, de forma irregular, sem obedecer a princípios modernos e aperfeiçoados, conseguia "competir nos mercados europeos com vantagem de qualidade e preço". Sua fibra "de excellente qualidade, superior ao de Nova-Orleans", tinha grande aceitação. Essa circunstância demonstrava, a seu ver, a riqueza do solo e do clima do Ceará adequados ao cultivo do algodão: "planta delicada e de grande valia". Ele acreditava que a construção de açudes, a utilização de técnicas modernas para a irrigação, o uso do arado, que era praticamente desconhecido, o preparo da terra com estrumo e a cultura sistemática e profunda do algodão, semelhante à praticada nos Estados Unidos, promoveria um excepcional crescimento da produção agrícola.

> A introdução de obras de irrigação modernas nas férteis planícies dos valles da província mudaria completamente a situação. Introduziria os progressos da agricultura moderna: mudaria os costumes e o modo de vida do povo... A introdução dos trabalhos systemáticos de irrigação há de melhorar sem dúvida o actual processo agrícola que é primitivo (apud BRASIL, 1922, p. 453).

O presidente criticou o incentivo à migração de cearenses por meio do fornecimento de passagens para saída da província. Argumentava que o custo era mais elevado para o Estado, do que conservá-los na província; que a permanência dos "retirantes" em sua terra evitava a grande mortalidade, resultante do êxodo, principalmente entre as crianças; e que os migrantes chegavam impossibilitados para o trabalho, "necessitando de aclimatação", vivendo da caridade do governo e dos particulares, transformando-se em boêmios, que infestavam as grandes cidades.

Esses aspectos também foram tratados pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Em mensagem enviada ao congresso estadual em 1º de Julho de 1905, Nogueira Accioly discorreu sobre as medidas necessárias para combater ou conviver com as secas, defendendo a irrigação e a construção de estradas de ferro que favorecessem o escoamento da produção agrícola.

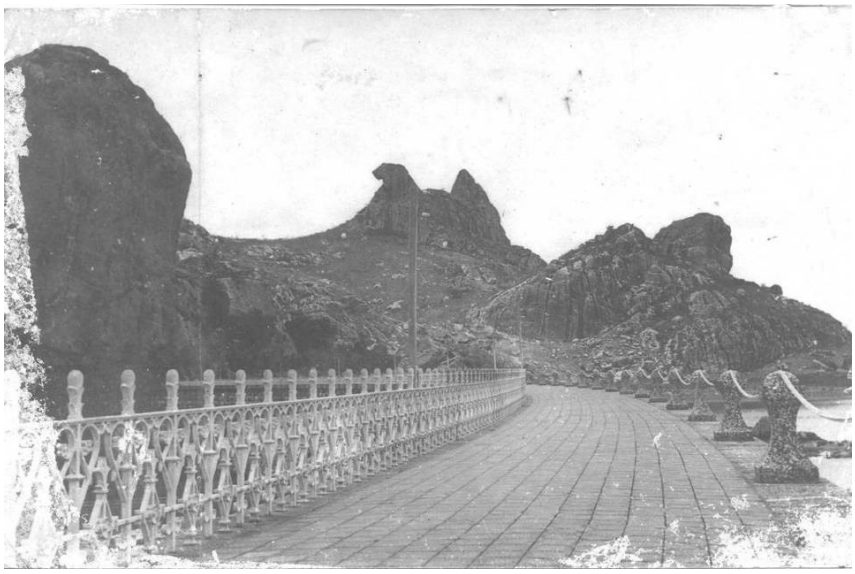
> A nossa e a extranha experiência indicou, de há muito, com máxima nitidez, o único remédio efficaz – a extensão das grandes obras de irrigação, e a construcção de ferros-vias de penetração, que de par com o augmento da producção agrícola lhe dêm fácil e prompto accesso aos mercados consumidores (apud BRASIL, 1922, p. 455).

Accioly acreditava na salubridade e na fertilidade do solo cearense e em que estas se tornariam estáveis com a regularização do suprimento de água por meio da construção de açudes.

> A excepcional salubridade do solo cearense, sua inesgotável productividade, sua proximidade dos grandes centros consumidores, são condições primárias de bom êxito, as quaes não será indifferente o capital desde que se consiga regularizar o supprimento d'água a lavoura, systematica e continuamente, como já alcançaram os povos asiáticos, alguns dos quaes reputados inferiores por sua organização política e intellectual (apud BRASIL, 1922, p. 460).

O açude do Cedro, em Quixadá, o mais antigo do Brasil, foi iniciado em 1884, pelo engenheiro inglês Jules Jean Revy. Sua obra foi interrompida diversas vezes, e concluída pelo engenheiro Bernardo Piquet Carneiro, sendo inaugurado em 1906, pelo presidente Afonso Pena (COSTA, 2002). Construído por iniciativa do imperador D. Pedro II, empregou, em grande parte, mão-de-obra dos flagelados da seca.

Figura 4: A barragem do Cedro em Quixadá



Fonte: Arquivos Nirez

Os diagnósticos sobre a seca e as propostas para a superação deste problema culminaram na criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, em 1909. Posteriormente, em 1919, esse órgão passou a ser chamado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, até meados dos anos 1940, com sua transformação no atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Durante séculos, a população cearense conviveu com secas, migrações e epidemias. De acordo com as decisões políticas, o desenvolvimento técnico e científico e o pensamento dominante de cada época, medidas foram adotadas visando a atender a população e evitar maiores catástrofes sociais e econômicas. No entanto, em vários momentos, elas não conseguiram impedir a grande mortandade da população e a destruição da economia cearense.

Bibliografia

ABREU J., Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Fac-similar da edição da Sociedade Capistrano do Abreu. Livraria Briguiet, 1930. São Paulo: Xerox do Brasil: Câmara Brasileira do Livro, 1996.

ABREU J., Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7ª. Edição revisada, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo: Publifolha, 2000.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa (Senador Pompeu). Secca e fome de 1825, 1826 e 1827. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza,1895.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa (Senador Pompeu). *Ensaio estatístico da província do Ceará*. Tomos I e II. Ed. fac. sim. publicada em 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa (Senador Pompeu). *Memória sobre a conservação das matas e arboricultura* como meio de melhorar o clima da província do Ceará, publicada em 1859. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcantrara Edição Fac-similar, 1997.

BRASIL (filho) Thomaz Pompeo de Sousa. *O Ceará no começo do século XX*. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1909.

BRASIL (filho) Thomaz Pompeo de Sousa (Org). *O Ceará no centenário da independência do Brasil*. Vol I e II. Fortaleza: Typ. Minerva, 1922.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. In: PMF. Fortaleza: A administração Lúcio Alcântara (1979-1982). Fortaleza, PMF, 1982.

COSTA, João Eudes. Retalhos da História de Quixadá, ABC Editora, Fortaleza, 2002.

DANTAS, Eustógio W. C. Fortaleza et le Ceará. *Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive: de la colonisation à la mutation touristique contemporaine*. Tese (Doutorado em Geografia). Université de Paris IV, Sorbonne, 2000.

DANTAS, Eustógio W. C. Sistema de cidades em terras semiáridas. In: DE ALMEIDA, M. G.; Alecsandro RATTS (Org.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.

DANTAS Eustogio W. C. Mar à vista: estudo sobre a maritimidade de Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

DENIS, Pierre. *Le Brésil au XX^e siècle*. Paris: Librairie Aramand Colin, 1909.

FREIRE ALEMÃO, Francisco Freire. *Os manuscritos de Freire Alemão.* Catálogo e transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1964.

FREIRE, José Candido. O melhor clima do mundo - Ideia humanitária. In: *Almanach dos municípios do Estado do Ceará para 1908*. Fortaleza: Livraria Araújo, 1908.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*, Ed. UFC, Fortaleza, 1984 (Coleção Estudos Cearenses).

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. A igreja no Brasil-colônia: 1550-1800. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Instituto do Ceará. Carta Geographica pelo Professor J. G. Dias Sobreira, 1888.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza: de Forte a Vila e Cidade (1603-1889). In: SOUZA, Simone de. (Org.). A gestão da Cidade: uma história política e administrativa. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil (Travels in Brazil). Coleção Brasiliana São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LOMBARD, H. C. *Traité de Climatologie médicale comprenant Le metereologie médicale et l'étude des influences physiologiques, pathologiques, prophylatiques et therapeutiques du climat sur la santé*. Tomo III, Paris: Librairie J. B. Baillière et fils, 1877.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de Menezes. Memória sobre a capitania independente do Ceará Grande escripta em 18 de abroiç de 1814 pelo governador da mesma. Cópia de documento existente no Archivo Publico. *Revista do Instituto do Ceará*. v. 11, t.11, Fortaleza: Typographia Studart, 1897.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará durante a monarquia. Período regencial - 7º presidente - Senador José Martiniano de Alencar.In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typografia Studart, 1889.

SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia (org.). *Atlas escolar*. Ceará: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2000.

SOUZA, Maria Salete. Ceará: Bases de Fixação do Povoamento e Crescimento das Cidades. In: José Borzacchiello da Silva; Tércia C. Cavalcante; Eustógio Wanderley Correia Dantas. (Org.). Ceará: *Um Novo Olhar Geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, v. Único, p. 13-31.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Geographia do Ceará.* Fortaleza: Tipographia Minerva, 1924.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). Climatologia, epidemias e endemias do Ceará. In: *Revista da Academia Cearense.* t. XIV, Fortaleza: Typ. Minerva, 1909.

THEÓPHILO Rodolfo. Seccas no Ceará: segunda metade do século XIX. Fortaleza: Moderna, 1901.

Documentos microfilmados - Biblioteca Menezes Pimentel. Governo do Estado do Ceará.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da mesma Província Coronel Graduado Ignacio Correa de Vasconcelos, em 01.07.1847. Ceará, Typ. Fidelíssima de F.C. de Vasconcelos. 1847.

Falla com que o exmo. sr. Senador Henrique Francisco d'Ávila, presidente da Província do Ceará abrio a 2a. sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15.07.1889. Ceará, Typ. da Gazeta do Norte.